



## ATA NÚMERO 01/2004

1 Aos **vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro**, com início às quatorze  
2 horas e trinta minutos, no Centro de Integração Regional do Mercosul, sito à rua Lobo da  
3 Costa, esquina com Rua Andrade Neves, realizou-se uma sessão ordinária do Conselho  
4 Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela  
5 Professora **Inguelore Scheunemann de Souza**, Magnífica Reitora, sua Presidente, com a  
6 participação dos seguintes Conselheiros: **André Luiz Haack**, Vice-Reitor; **Paulo Roberto**  
7 **Soares de Pinho**, Pró-Reitor Administrativo; **Paulo Silveira Júnior**, Pró-Reitor de  
8 Planejamento e Desenvolvimento; **Odir Antonio Dellagostin**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
9 Graduação; **Anne Marie Moor**, Pró-Reitora de Graduação; **Francisco Elifalete Xavier**, Pró-  
10 Reitor de Extensão e Cultura; **Cesar Valmor Rombaldi**, Diretor da Faculdade de Agronomia  
11 Eliseu Maciel; **Angela Maria Nunes Maas**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Lia**  
12 **Palazzo Rodrigues**, Diretora da Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do  
13 Conservatório de Música; **Fruituoso Luiz de Araújo**, Diretor da Faculdade de Veterinária;  
14 **Jane Dias da Costa da Cunha**, Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas; **José**  
15 **Aparecido Granzoto**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Airton José Rombaldi**, Diretor da  
16 Escola Superior de Educação Física; **Cristina Maria Rosa**, representando o Diretor da  
17 Faculdade de Educação; **Anaizi Cruz Espírito Santo**, Diretora do Instituto de Letras e Artes;  
18 **Paulo Bretanha Ribeiro**, Diretor do Instituto de Biologia; **Fábio Vergara Cerqueira**,  
19 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Alvaro Leonardi Ayala Filho**, Diretor do Instituto  
20 de Física e Matemática; **Sergio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de Química  
21 e Geociências; **Maria Amélia Soares Dias da Costa**, Diretora do Instituto de Sociologia e  
22 Política; **Emilia Nalva Ferreira da Silva**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e  
23 Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Nirce Saffer**  
24 **Medvedovski**, Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **José Beiro Carvalhal**,  
25 Diretor da Faculdade de Nutrição, **Alci Enimar Loeck**, representante dos Professores  
26 Titulares; **Heitor Alberto Jannke**, representante dos Professores Titulares; **Jonei Domingos**  
27 **Cavali Pesenti**, representante dos Professores Adjuntos; **Antonio Cesar Gonçalves Borges**,  
28 representante dos Professores Adjuntos; **Carmem Lúcia Abadie Biasoli**, representante dos  
29 Professores Assistentes; **José Carlos Brod Nogueira**, representante dos Professores  
30 Assistentes; **João Carlos Deschamps**, representante do COCEPE; **Lilia Maria da Rosa**  
31 **Pereira**, representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ana Regina Romano**, representante  
32 do COCEPE; **Ana Carolina Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Everton Barbosa**,  
33 **Luciano Farias Mega**, **Maycon Schubert**, **Júlio Cesar Araújo das Neves** e **Valdir Robe**  
34 **Júnior** representantes Discentes; **Carlos Roberto dos Anjos Dillmann**, **Carmem Denise**  
35 **Rosbach Bervaldt**, **João Alberto dos Santos Pedroso**, **Rosane Maria Brandão**, **Eliana**  
36 **Espinosa Pavulack**, e **Maria Laura Pinto Loguércio**, representantes dos Técnicos  
37 Administrativos. Não compareceram os seguintes Conselheiros: **José Honorato de Oliveira**  
38 **Filho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Hugo Roberto Kaastrup Stephan**, Diretor do  
39 Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; **Renato Rodrigues Al-Alam**, representante dos  
40 Professores Auxiliares; **Eduardo Machado Rotta**, representante dos Professores Auxiliares;  
41 **Hilton Grimm**, representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Claudio Kroeff**, representante  
42 Comunitário; **Leonardo Salum**, representante Comunitário; **Fred Luiz Tavares Nunes e**  
43 **Lúcio Uberdan Fernandes de Macedo**, representantes Discentes; **Tanizia Bender**,  
44 representante dos Técnicos Administrativos. Constatada a existência de quorum legal, a  
45 Senhora Presidente, declarou aberta a sessão, passando ao **Item 01: Aprovação das Atas 03 e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2004 – FLS. 2 de 08

46 04/2003. A ata 03/2003 foi aprovada com solicitação de algumas correções. A Ata 04/2003 foi  
47 retirada de pauta para que fosse revisto o trecho solicitado pelo Professor Antonio Cesar  
48 Gonçalves Borges e esta retornaria na próxima reunião. A partir desse momento a Senhora  
49 Presidente solicitou aos Conselheiros, permissão para encaminhar a votação dos componentes  
50 das Comissões Permanentes do CONSUN, eleição feita na primeira reunião de cada ano, que  
51 equivocadamente não foi incluída na pauta do dia. Com a aprovação dos Conselheiros, a  
52 Senhora Presidente solicitou sugestões de nomes para comporem essas Comissões.  
53 Primeiramente foram lançados nomes para a Comissão de Legislação e Normas. O Conselheiro  
54 João Alberto dos Santos Pedroso indicou o nome da Conselheira Rosane Maria Brandão; a  
55 Professora Lia Palazzo indicou o nome do Professor José Beiro Carvalhal, que solicitou que  
56 em seu lugar fosse indicado o nome da Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa e os  
57 representantes discentes indicaram o nome do Acadêmico Maycon Schubert. Realizada a  
58 votação a Senhora Presidente solicitou a ajuda da Conselheira Ana Regina Romano, do  
59 Conselheiro Julio César Araújo das Neves e do Conselheiro Carlos Roberto dos Anjos  
60 Dillmann para auxiliarem na contagem dos votos. Num total de 48 votos, a Professora Maria  
61 Amélia Soares Dias da Costa obteve 44 votos; a Técnica Administrativa Rosane Maria  
62 Brandão obteve 43 votos; o Representante Discente Maycon Schubert obteve 42 votos; um  
63 voto com o nome Michael e ainda houve 04 votos em branco. Para a Comissão de  
64 Administração e Finanças os nomes sugeridos foram: Professor Paulo Roberto Soares de  
65 Pinho, Técnico Administrativo Carlos Roberto dos Anjos Dillmann e o Acadêmico Fred Luiz  
66 Tavares Nunes. Terminada a votação a Senhora Presidente solicitou a ajuda do Professor Jonei  
67 Domingos Cavali Pesenti, do Acadêmico Luciano Farias Mega e do Técnico Administrativo  
68 João Alberto dos Santos Pedroso para auxiliarem na contagem dos votos. Num total de 50  
69 cédulas apuradas o Professor Paulo Roberto Soares de Pinho obteve 34 votos; o Acadêmico  
70 Fred Luiz Tavares Nunes obteve 45 votos; o Técnico Administrativo Carlos Roberto dos Anjos  
71 Dillmann obteve 45 votos e o Professor Paulo Silveira Júnior obteve 03 votos. Definida a  
72 composição das Comissões Permanentes, a Senhora Presidente concedeu a palavra ao  
73 Professor Antonio César Gonçalves Borges que solicitou que nas próximas convocações fosse  
74 incluído o item de assuntos gerais. A Senhora Presidente respondeu que isso poderia ser  
75 considerado, mas lembrou que em reuniões anteriores do Conselho, sempre havia sido  
76 discutida a necessidade dos Conselheiros saberem de antemão dos assuntos que seriam tratados  
77 na reunião e este foi o motivo de não constar da convocação um item de assuntos gerais. O  
78 Professor Cesar Borges solicitou que ficasse registrado em ata, pois existe o Artigo 31 do  
79 Regimento Geral que prevê que cada Conselheiro pode falar quando esgotada a ordem do dia.  
80 Disse ainda que como este é um Conselho cujo objetivo é tratar dos assuntos mais importantes  
81 da universidade e não apenas assuntos técnicos, como também de assuntos de ordem política da  
82 Instituição, ele acreditava que fosse importante não ser sempre pauta fechada e sim, haver um  
83 espaço de pelo menos quinze minutos para garantir as manifestações por parte dos  
84 Conselheiros para qualquer assunto que fosse importante para a universidade. Pediu que essa  
85 proposta fosse considerada pela Presidência e pelos demais Conselheiros, se fosse julgada  
86 procedente. A Senhora Presidente respondeu que a proposta seria analisada e considerada,  
87 apenas dizendo que todas as propostas recebidas de qualquer Conselheiro, independente de ser  
88 aprovada pela maioria, sempre foram incluídas em pauta. Em toda e qualquer situação, todo e  
89 qualquer assunto encaminhado pelos Conselheiros, em qualquer momento que fosse solicitada  
90 a análise pelo Conselho, sempre foi incluído em pauta. Não apenas os oriundos da Secretaria  
91 dos Conselhos ou oriundos da Presidência, mas também os provenientes de outras constituintes  
92 da Comunidade Universitária e não apenas de Conselheiros. Nesse sentido nunca foi deixado  
93 de tratar qualquer tema de interesse da Instituição, pois sempre foi incluído em pauta de forma  
94 que os Conselheiros pudessem ter antecipadamente conhecimento dos assuntos que seriam  
95 tratados em reunião. Mesmo assim, não descartou a possibilidade de analisar a proposta. Logo  
96 a seguir a Senhora Presidente passou ao **ITEM 2 - Processo nº 23110.003551/03-17 do**  
97 **INSTITUTO DE FÍSICA E MATEMÁTICA**, encaminha proposta para o comitê de

*Mary*



98 informática. A Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa foi convidada a relatar o  
99 processo e esta falou que a Comissão de Legislação de Normas examinou não só a formação do  
100 Comitê como também o Regimento, sendo FAVORÁVEL ao Regimento e à formação do  
101 Comitê. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. **ITEM 3 – Processo**  
102 **nº 23110.007200/03-86 da COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE –**  
103 **CPPD**, encaminhando relatório anual de atividades docentes de 2003. A Senhora Presidente  
104 solicitou ao Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente, Professor Fernando Luis  
105 Caprio da Costa para relatar o processo. Este explicou que anualmente a CPPD/CIAG deve  
106 encaminhar relatório do processo de Concessão das Gratificações de Estímulo à Docência –  
107 GED, dizendo que o relatório trata dos critérios e da sistemática. O Relatório Anual de  
108 Atividades Docentes (RAAD) é encaminhado aos Departamentos que os aprovam e  
109 posteriormente são homologados pelos Conselhos Departamentais. O próximo trâmite é o  
110 encaminhamento para a CPPD/CIAG, que analisa o RAAD apenas em seus aspectos legais sem  
111 fazer qualquer alteração em termos do que consta no relatório de cada docente, pois isso cabe  
112 apenas aos Departamentos e aos Conselhos Departamentais. Estando concluída essa análise,  
113 conforme a lei determina, cinco consultores externos, um de cada Área de Conhecimento,  
114 Doutores de outra Instituição de Ensino Superior, participam junto com a CPPD/CIAG da  
115 análise e aprovação. Esta pontuação é publicada e é dado o direito à recurso. São analisados os  
116 recursos, caso existam, e voltam os auditores externos. Posteriormente os que são acolhidos  
117 são publicados. Concluído esse processo, ele é encaminhado à Brasília, para o Ministério da  
118 Educação, pois existe uma Comissão Nacional que recebe essa pontuação e ao mesmo tempo é  
119 aprovado pela Administração da Instituição e encaminhado à Pró-Reitoria Administrativa, ao  
120 Departamento de Pessoal, para a inclusão em folha de pagamento. Na Legislação é  
121 estabelecido que a CIAG encaminhe ao CONSUN o relatório dos resultados que foram obtidos  
122 em cada ano. Ao final do ano de 2003 a UFPel verificou que do total de 649 docentes, 550  
123 obtiveram 140 pontos; 78 docentes ficaram na faixa entre 80 e 139 pontos e 21 docentes com  
124 menos de 80 pontos. (Relatório anexo a esta Ata). Dentro desta análise, depois de concluído o  
125 processo, foram feitos 36 recursos dos quais 31 foram deferidos pela CIAG e 05 foram  
126 indeferidos por não haver justificativa legal. Colocado em votação, o Relatório foi aprovado  
127 por unanimidade. A Senhora Presidente agradeceu ao Professor Fernando Luis e passou ao  
128 **ITEM 4 – Processo nº 23110.005476/03-66 do INSTITUTO DE FÍSICA E**  
129 **MATEMÁTICA**, encaminha Projeto Pedagógico: “Licenciatura em Matemática à Distância”.  
130 A Professora Anne Marie Moor foi convidada a relatar o processo, informou que em 2002 a  
131 Universidade Federal de Pelotas entrou com solicitação de credenciamento de Cursos de  
132 Ensino à Distância junto ao MEC, processo esse acompanhado de solicitação de autorização de  
133 uma Licenciatura de Matemática e uma Licenciatura em Letras. Em 2003 foi lançado Edital do  
134 FINEP – CT Infra, nas Áreas de Ciências Naturais e Pedagogia. Puderam participar do Edital  
135 as Universidades que já haviam protocolado solicitações no MEC ou que possuísem cursos  
136 em funcionamento. A UFPel foi a única universidade da Região Sul a participar do Edital.  
137 Recebeu uma verba de R\$ 220.000,00 para equipar três Pólos de Ensino à Distância (Jaguarão,  
138 Canguçu e São Lourenço). No final de 2003 (Novembro) o INEP veio fazer avaliação *in loco* da  
139 Licenciatura em Matemática, a partir da qual seria feito o credenciamento da Instituição. O  
140 projeto já havia sido aprovado no Departamento de Matemática, Estatística e Computação, no  
141 Conselho Departamental do IFM e no COCEPE. A Comissão de Avaliação esteve na  
142 universidade em novembro/03, chegando o relatório em fevereiro/04, no qual havia sugestões  
143 sobre pontos que faltavam no projeto, com solicitação de reenviar o relatório, após  
144 reformulação à Comissão, após o que retornaria à UFPel para conferir se as adaptações haviam  
145 sido feitas e poder, a partir do resultado da avaliação, dar o credenciamento da UFPel. Esta  
146 solicitação está sendo trabalhada. Foi criado um laboratório multidisciplinar de apoio à  
147 elaboração de materiais didáticos, uma das exigências do relatório. O curso atende à Legislação  
148 das Licenciaturas, tendo uma duração de quatro anos e uma carga horária de 2960 horas. A  
149 filosofia do curso é de ações interdisciplinares, com ações colaborativas tanto no ensino quanto

*W. Moura*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2004 – FLS. 4 de 08

150 na aprendizagem. Será um curso com professores responsáveis pelas disciplinas, tutores e  
151 monitores que atenderão aos alunos. Inicialmente o curso está planejado para iniciar em março  
152 de 2005 e o processo seletivo será específico em janeiro de 2005 com um número de 40 vagas  
153 em cada pólo, totalizando 120 vagas. A Relatora ficou à disposição dos Conselheiros que  
154 quisessem maiores esclarecimentos. Para complementar, a Senhora Presidente acrescentou que  
155 este já passou pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE e  
156 vem a este Conselho Universitário para aprovação por se tratar de criação de um novo curso. O  
157 Professor Álvaro Ayala Filho fez solicitação de receber o relatório do MEC sobre esta  
158 avaliação da Comissão, por não ter chegado à Direção do IFM. O Professor Antonio César  
159 Gonçalves Borges perguntou qual o vínculo deste curso, ou a que órgão ficaria vinculado, ao  
160 que a Relatora respondeu que o curso foi aprovado dentro do IFM e ficará vinculado a esse  
161 Instituto. Explicou que estava relatando o processo pelo fato de que nos últimos anos a UFPel  
162 tem tentado construir a área de ensino à distância e o uso de tecnologia no ensino dos diversos  
163 cursos e que, por enquanto, o núcleo que existe está sediado na Pró-Reitoria de Graduação, mas  
164 o curso está localizado no IFM e os cursos que poderão surgir, estarão locados nas diversas  
165 Unidades. Professor Airton Rombaldi perguntou quantos professores novos serão necessários  
166 para a implantação do curso, ao que a Relatora respondeu que na realidade não haverá  
167 necessidade de acrescentar novos professores para o trabalho com a criação desse curso. A  
168 equipe de professores do curso de Matemática presencial acredita que este trabalho irá  
169 beneficiar o curso presencial. Isso não elimina a deficiência de professores do quadro que é  
170 uma realidade nos diversos cursos da UFPel. Professor Álvaro Ayala Filho esclareceu que  
171 quando foi criado o curso, no despacho, o Departamento de Física e o Departamento de  
172 Matemática, Estatística e Computação esclareceram que, para o oferecimento das disciplinas,  
173 seria necessário que fossem contratados professores novos, pelo menos, para a área de Física.  
174 O Professor Fabio Vergara Cerqueira perguntou sobre a relação em termos de política de  
175 administração entre o programa de Licenciatura de Professores em Serviço e este novo Curso,  
176 quanto aos equipamentos adquiridos através do FINEP; se eles poderiam ser utilizados pelo  
177 curso que já está em andamento, ou somente pelo curso de Matemática à Distância. A Relatora  
178 respondeu que ao equipar e melhorar estes pólos, qualquer curso que estiver atuando nesses  
179 Municípios poderá usar os equipamentos, bibliotecas básicas, etc., pois a escolha para equipar  
180 estes pólos, foi o fato de que já existem cursos da UFPel fora da cidade (Pedagogia e  
181 Geografia). A escolha de melhorar estes pólos foi em benefício da universidade. Os prédios  
182 serão cedidos pelas Prefeituras. O Professor Antonio César Gonçalves Borges justificou sua  
183 pergunta anterior no sentido de que a tendência da Universidade é de ampliar este tipo de  
184 trabalho de educação continuada e grande número de universidades do país, estão se utilizando  
185 destes cursos para obter recursos externos para a própria universidade. Disse acreditar que  
186 fosse fundamental que a Pró-Reitoria de Graduação fosse parabenizada por esta iniciativa que  
187 poderá ser ampliada para outras áreas e outros cursos da universidade. Ao mesmo tempo, sua  
188 pergunta foi feita no sentido do questionamento da criação de outras funções gratificadas ou  
189 outros cargos de comissão. Se a resposta fosse positiva, a universidade teria que se mobilizar em  
190 função de alterar a sua estrutura para poder gerar essas funções. Aproveitou para sugerir à Pró-  
191 Reitora de Graduação para ampliar este tipo de trabalho de educação à distância no sentido de  
192 que outras unidades possam se mobilizar para buscar recursos com essa finalidade junto ao  
193 FINEP ou outro órgão de fomento à pesquisa e trabalhos dessa natureza. Parabenizou também  
194 a Magnífica Reitora por essa iniciativa. A Relatora, Professora Anne Marie Moor, agradeceu o  
195 cumprimento e disse que este mérito é do projeto que já existia quando de sua posse na Pró-  
196 Reitoria de Graduação, que é o projeto que deu origem ao NADARTE – Núcleo de Apoio às  
197 Ações Ligadas à Telemática. Esse projeto existe desde 2001 e está lotado na Pró-Reitoria de  
198 Graduação, não por ser uma ação desse órgão, mas sim porque, como a Pró-Reitora tem  
199 pesquisa na área de Educação à Distância e a Professora Neuza Félix, Diretora do  
200 Departamento de Desenvolvimento Educacional, também desenvolve pesquisas nessa área, o  
201 laboratório foi lotado na PRG nesse primeiro momento, mas não é exclusivo da graduação e

*Moor*



202 sim, de todas as instâncias e já foram feitos vários seminários em relação à disseminação da  
203 educação à distância, sendo que no ano corrente serão oferecidos três seminários de cursos, que  
204 na realidade é um trabalho de divulgação e motivação aos professores da universidade para  
205 participar e utilizar a tecnologia nas suas disciplinas e cursos, mesmo sem saber manipular os  
206 programas, pois o NADARTE, no laboratório multidisciplinar, tem a colaboração de pessoas  
207 dispostas a ajudar os professores que realmente desejam utilizar esta tecnologia. A Senhora  
208 Presidente, para complementar, falou que essas iniciativas, como a criação desse curso, irão  
209 gerar, assim como outras iniciativas já geraram, a necessidade de novos cargos de direção ou  
210 de funções gratificadas. Todos têm a consciência de que a defasagem de FGs, é uma realidade  
211 de todas as Instituições Federais de Ensino Superior, não só nos valores, como em número  
212 destinada a cada uma das instituições, assim como de cargos em direção. Há processos de  
213 várias universidades, entre elas a UFPEL, datados do ano de 2000, tramitando no Ministério do  
214 Planejamento. Esses processos foram encaminhados pelo Ministério da Educação ao Ministério  
215 do Planejamento, a quem cabe autorizar a criação de novas CDs e FGs, inclusive um estudo  
216 realizado pela ANDIFES, encaminhado nesse sentido. Infelizmente persiste a mesma situação  
217 da época de 2000. Está sendo esperado que na possível reforma universitária esse assunto  
218 possa ser contemplado. As universidades, inclusive a UFPEL, não têm se furtado de criar novos  
219 cursos de graduação, pós-graduação, na medida do possível, sem passar dos limites possíveis, e  
220 ainda existem vários cursos propostos pelas Unidades, que não estão sendo agilizados, porque  
221 não há possibilidade legal de criar um curso com um corpo docente composto exclusivamente  
222 de professores substitutos. Na medida do possível, a universidade continua criando cursos de  
223 graduação e pós-graduação porque, de outra forma, ficaria estancado e “perderia o passo” em  
224 relação a outras universidades que estão caminhando nesse sentido. Não havendo mais  
225 questões, colocou em aprovação a criação da Licenciatura em Matemática à Distância.  
226 Aprovado com 39 votos favoráveis e 06 abstenções. **ITEM 5 – Processo nº**  
227 **23110.000328/2004-16 da PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO,**  
228 solicita encaminhamento do pedido de modificação do quadro de Funções Gratificadas (FGs).  
229 A Senhora Presidente convidou a Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa para relatar o  
230 processo e esta leu o parecer da Comissão de Legislação e Normas. Professor Odir Antonio  
231 Dellagostin acrescentou comentários para melhores esclarecimentos: disse que a UFPEL tem  
232 programas de pós-graduação *stricto sensu*, funcionando desde 1999, sem que o coordenador  
233 esteja recebendo função gratificada. Tem ainda uma diferença entre as FGs recebidas pelos  
234 coordenadores (alguns com FG1 e outros com FG2). Na graduação a grande maioria dos  
235 coordenadores recebe FG1 e apenas dois coordenadores (curso de Administração e Curso de  
236 Turismo) recebem FG2. Havia algumas distorções no sentido de que dois coordenadores de  
237 cursos de especialização estavam recebendo FG2 enquanto que os outros 21 não recebem  
238 nenhuma função gratificada. Havia também um curso de pós-graduação *stricto sensu*  
239 desativado e o coordenador permanecia recebendo FG. A título de regularizar essa situação, os  
240 coordenadores de especialização deixariam de receber essa FG. As FGs disponibilizadas  
241 atenderiam aos novos coordenadores de pós-graduação que ainda não recebem FG. O Professor  
242 Fabio Vergara Cerqueira solicitou esclarecimento em relação a esta distribuição, que a seu ver  
243 foi bem pensada, mas perguntou o que foi proposto em relação ao Curso de Economia onde seu  
244 Coordenador não recebe FG. Perguntou se na eliminação das FGs dos Coordenadores dos  
245 cursos de especialização, a FG que estava sem destinação poderia ser destinada ao Curso de  
246 Economia. A Senhora Presidente comentou que já existe uma solicitação ao Governo Federal  
247 para a criação de novas Funções Gratificadas. Lembrou que em 1991 foi possibilitado pelo  
248 Governo Federal, à época, que as Instituições pudessem rever seus quadros de CDs e FGs.  
249 Todas as Universidades decidiram solicitar ao Governo que aumentasse o quadro das CDs e  
250 FGs. A grande maioria das universidades do Brasil criou o cargo de Vice-Reitor, menos a  
251 UFPEL. As demais deixaram um pool de CDs e FGs sem ocupação visando uma expansão da  
252 instituição. Na época a UFPEL foi a única instituição que aprovou no seu Conselho  
253 Universitário, a despeito de seis votos contra, a diminuição dos seus CDs e FGs, retirando,



254 inclusive, dos Vice-Diretores de Unidades a CD a eles destinada. Isso tornou a UFPel, como  
255 instituição, amarrada para crescer. Essa é uma carga que a universidade carrega porque as  
256 universidades que na época previram o crescimento puderam crescer atribuindo CDs e FGs a  
257 vários dos seus professores que passaram a ocupar direções ou chefias em cursos ou serviços  
258 administrativos novos, criados pela necessidade e pela política de crescimento institucional. A  
259 UFPel ainda paga caro por isso, pois há uma sobrecarga nas Pró-Reitorias e não há a figura do  
260 Vice-Reitor, como em Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, como em todo o país. Falou que  
261 lamentavelmente os pleitos feitos pela atual administração, desde a data de sua posse, têm sido  
262 reiterados e infelizmente não têm resposta. A Professora Nirce Shaffer Medvedowsky  
263 perguntou se em relação à questão da especialização, a retirada da FG dos Coordenadores seria  
264 uma alternativa estratégica momentânea ou este é o entendimento em relação às demandas  
265 junto ao MEC. Disse que entende e defende que em algumas Unidades a especialização é  
266 justamente o início dos outros programas como mestrado ou doutorado e que recai sobre a  
267 responsabilidade do professor a carga de orientar um trabalho pioneiro. Disse defender que a  
268 universidade deve reivindicar que a especialização também seja contemplada com FG.  
269 Perguntou se essa era uma posição da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O Professor  
270 Odir Dellagostin respondeu que, em sua opinião, os cursos de especialização, muitas vezes, são  
271 temporários, pois ficam atuando por um ou dois anos, até atender a uma determinada demanda,  
272 e depois deixam de existir, pois a universidade tem total autonomia para criar e extinguir  
273 cursos de especialização, ao contrário do que acontece com os cursos de mestrado ou  
274 doutorado. Os cursos de especialização também, na maioria dos casos, são autofinanciados. A  
275 universidade tem autonomia para, nesses casos, cobrar dos próprios alunos e essa é uma  
276 situação diferente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e não via como recomendável,  
277 nesse momento, reivindicar aos coordenadores dos cursos de especialização uma função  
278 gratificada. A Senhora Presidente complementou dizendo que o Ministério da Educação está  
279 considerando, no seu pedido de recomposição do quadro de CDs e FGs, no caso dos cursos de  
280 pós-graduação, incluir apenas aqueles que têm dependência da CAPES. Os cursos de  
281 especialização não têm essa ligação com aquele órgão. Mesmo que fosse reivindicado,  
282 dificilmente ocorreria a destinação de FGs para a coordenação desses cursos. A UFPel tinha  
283 cerca de vinte e um cursos sem FG e apenas dois com essa função. Como essa diferença era  
284 muito forte e, ainda, em relação à consideração que o MEC faz em relação aos cursos de pós-  
285 graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, na sua dependência de avaliação pela CAPES, e a  
286 destinação de FGs para os cursos, não via como manter essa destinação de FGs para alguns  
287 cursos de especialização. A Professora Anaizi Cruz do Espírito Santo falou que sua Unidade é  
288 uma das que recebe esta gratificação. Disse que entende que algumas Unidades têm um  
289 determinado perfil diferenciado de outras. O curso de especialização em Artes atendeu a Área  
290 de Música, Patrimônio e atualmente em Educação em Artes. Disse lamentar muito que a  
291 CAPES tenha retirado a avaliação desses cursos, pois constituem-se em um estágio muito  
292 importante para determinadas Unidades. Acredita também que o papel do coordenador do  
293 curso de especialização tem a mesma importância de um coordenador de colegiado de  
294 graduação e pós-graduação, em nível de mestrado ou doutorado. Na defesa dessas pessoas,  
295 entendia que deveria ser atendida essa demanda existente. A Senhora Presidente colocou que  
296 existe esta realidade, que foi exposta, e a necessidade de fazer redistribuições de FGs que tem o  
297 parecer favorável da Comissão de Legislação e Normas e, independente dessa condição, será  
298 dado seguimento ao pleito junto ao Governo para liberar um número maior de FGs. O  
299 Professor Fabio Vergara Cerqueira perguntou se a FG2, que está vaga, não poderia ser  
300 destinada ao Curso de Economia, ao que a Presidente respondeu que pode ser avaliado e o  
301 Professor André Luiz Haack seria encarregado de levar à frente a análise dessa questão quanto  
302 à FG2 para destinação ao Coordenador do Curso de Economia. A Professora Jane da Costa da  
303 Cunha falou que na Faculdade de Ciências Domésticas existiam dois Departamentos que se  
304 fundiram em um único e essa é a causa de um dos cursos recentemente criados possuir uma  
305 FG2, pois era a função gratificada destinada ao Chefe do Departamento que foi extinto.

*Mary*



306 Colocado em votação, o processo obteve 39 votos favoráveis e 02 contrários. **ITEM 6 –**  
307 **Processo nº 23110.003886/03-27 da PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E**  
308 **DESENVOLVIMENTO**, encaminha proposta de alteração da estrutura organizacional da  
309 PRPD. A relatora leu o parecer da CLN (anexo a esta Ata). A Senhora Presidente leu o  
310 encaminhamento e a análise do processo. Deixou aberta a palavra aos Conselheiros que  
311 quisessem se manifestar. O Professor Álvaro Ayala Filho perguntou se todos os Departamentos  
312 da área administrativa recebiam CD4 ao que foi respondido positivamente. Colocado em  
313 votação, o processo obteve 40 votos favoráveis e 02 abstenções. **ITEM 7 – Processo nº**  
314 **23110.002656/03-31 da COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, encaminha cópias ordenatórias  
315 desta Comissão de 20 de abril do ano de 2003 e relatório preliminar. A Senhora Presidente  
316 convidou a Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa para relatar o processo. Esta leu o  
317 parecer da CLN (anexo a esta Ata). A Senhora Presidente a partir deste momento leu os  
318 documentos que foram anexados ao processo após o parecer da CLN. Esses documentos são  
319 oriundos de sentença da justiça civil. A decisão final do Tribunal Regional Federal foi pelo não  
320 provimento ao que foi posto pelo recurso. A Magnífica Reitora, para eliminar qualquer tipo de  
321 dúvida possível, encaminhou o processo à Procuradoria Jurídica para análise quanto ao  
322 cabimento de recebimento pelo CONSUN do recurso impetrado pelo servidor Francisco Carlos  
323 Gomes Luzzardi. A decisão final da Procuradora foi pelo não recebimento do recurso pelo  
324 CONSUN e sugerindo o arquivamento do processo, dando-se ciência ao servidor. Disse que  
325 esta é sempre a conduta tomada em qualquer outro processo em que haja decisão judicial  
326 porque o Conselho Universitário não pode se sobrepor à decisão da Justiça Federal em  
327 processos transitados e julgados, nem naqueles ainda em que foi prolatada uma sentença  
328 provisória. Frente a isso, não havia como esse Conselho julgar ou tomar qualquer decisão sobre  
329 o assunto porque ela já está tomada. Portanto, acreditava que não havia o que decidir e apenas  
330 colocou-se a disposição dos Conselheiros para responder as perguntas que achassem  
331 necessárias. O Professor César Antonio Gonçalves Borges pediu a palavra e solicitou  
332 esclarecimentos sobre o contrato entre a UFPel e uma empresa particular (NEFRON) da qual  
333 fazem parte dois professores da Faculdade de Medicina, em número majoritário. Perguntou  
334 qual o critério usado pela administração para que dois professores da FM possam trabalhar e  
335 exercer suas atividades em uma área pública cedida pela administração. Disse que não discutia  
336 a lisura da administração ou dos atos dela, pelo contrário, ela está isenta de qualquer erro.  
337 Acreditava que esse assunto deveria ser trazido ao CONSUN, para não correr o risco de criar  
338 um precedente para que qualquer pessoa da universidade possa ter direito de usar, conforme  
339 contrato feito pela universidade, dependências em seu uso próprio. Disse ser um  
340 posicionamento correto da Reitora trazer a todos o esclarecimento devido sobre esse assunto,  
341 que é bastante complexo, mas acreditava que fosse fundamental que haja um esclarecimento  
342 oficialmente sobre os objetivos ou pelo menos a razões pelas quais a administração da  
343 universidade fez esse contrato com uma empresa privada de dois professores da Faculdade de  
344 Medicina. Frisou muitas vezes que não fazia uma denúncia e sim, solicitava um esclarecimento  
345 de um fato ocorrido na Faculdade onde trabalha. A Senhora Presidente respondeu que o objeto  
346 do presente processo foi o recurso impetrado pelo servidor Francisco Carlos Gomes Luzzardi.  
347 Portanto, o tema solicitado era pertinente e muito importante para ser trazido ao Conselho a  
348 fim de que possa ser esclarecido porque o contrato foi feito via licitação. O processo será  
349 levado ao conhecimento do Conselho Universitário, como foi dito anteriormente, que todos os  
350 temas solicitados pelos Conselheiros são colocados em pauta para apreciação ou levados ao  
351 Conselho para conhecimento. Disse que é muito pertinente porque, infelizmente, as pessoas  
352 usam as palavras erradas e as informações erradas e as disseminam, por vezes propositalmente,  
353 o que não era o caso do Conselheiro, mas o caso de outras pessoas que divulgaram, via  
354 internet, inverdades. A respeito do mesmo caso, a administração respondeu ao Tribunal de  
355 Contas da União, e o processo está à disposição de todos da universidade ou da comunidade  
356 que queiram tomar conhecimento, mas acreditava ser muito bom trazer o assunto a uma  
357 próxima reunião para que os Conselheiros tomassem consciência das inverdades que estavam

*Assauer*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2004 – FLS. 8 de 08

358 sendo transmitidas, inclusive via internet. Finalizou o assunto dizendo que o esclarecimento é  
359 sempre bem vindo. A Conselheira Rosane Maria Brandão solicitou a palavra e disse que a  
360 preocupava o fato de um servidor ser removido de seu local de trabalho após ter entrado com  
361 um processo administrativo. A Senhora Presidente esclareceu que foi instalada uma Comissão  
362 de Sindicância, que fez toda a análise. O servidor teve amplo direito de defesa, recorrendo  
363 posteriormente à justiça e há uma decisão judicial no processo. Esse servidor não foi desviado  
364 do seu cargo e, aliás, atualmente, está cumprindo e ajudando muito a instituição com a função  
365 de engenheiro, extremamente necessária junto à Prefeitura Universitária. Finalizado este tema,  
366 a Professora Maria Amélia Dias Soares foi convidada a relatar o **ITEM 8 - Processo nº**  
367 **23110.006984/02-71 de WILSON MARCELINO MIRANDA**, solicita revisão de pontuação  
368 da GED. A Presidente da CLN esclareceu que o processo retornou do ILA com todos os  
369 documentos necessários à avaliação e a CLN foi favorável à concessão da pontuação solicitada.  
370 Colocado em votação o processo foi aprovado com 36 votos favoráveis e uma abstenção.  
371 Cumprida a pauta, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e deu por  
372 encerrada a reunião às 17:30 horas. Do que para constar, eu \_\_\_\_\_ Roseméri Gomes  
373 Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será  
374 igualmente assinada pela Senhora Presidente.

*Juqueline S. de Souza*